

KAPLAN, Marion (2022). *Os refugiados judeus de Hitler. Esperança e ansiedade em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 439 pp., ISBN: 978-989-644-708-3.

Marion Kaplan é doutora em História pela Columbia University (Nova Iorque) e docente de História Judaica na mesma instituição. Foi galardoada, por três vezes, com o *National Jewish Book Award* pelas obras *The making of the Jewish Middle Class: women, family and identity in Imperial Germany* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1991); *Between dignity and despair: Jewish life in Nazi Germany* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1998); e *Gender and Jewish History*, que publicou em coautoria com Deborah Dash Moore (Indiana: Indiana University Press, 2011). Em 2020, publicou através da Yale University Press a obra *Hitler's Jewish Refugees. Hope and anxiety in Portugal*, que ganhou agora, pelo prelo da Temas e Debates, uma edição portuguesa.

Este livro aborda a presença de refugiados judeus em Portugal, tendo como base um conjunto de 207 cartas e 76 postais não abertos, que haviam sido enviados para os refugiados em Lisboa, entre os finais de 1941 e princípios de 1942. A correspondência havia sido redigida por parentes e amigos, residentes na Europa ocupada ou em países a salvo dos nazis, como os Estados Unidos da América, e enviada para Lisboa, por intermédio da organização humanitária *American Jewish Joint Distribution Committee* (JOINT). Todavia, como a maioria dos destinatários já não se encontrava em Portugal, estas cartas nunca chegaram a ser lidas pelos interessados, permanecendo por reclamar. Setenta anos depois, a autora abriu cuidadosamente todos os envelopes, desvendando dramas pessoais e angústias que lhe permitiram criar uma história das vidas quotidianas e das emoções, que ajuda a transformar estatísticas em homens e mulheres reais. Cruzando essa correspondência com outras cartas e postais preservados em arquivos e museus, escritas por refugiados que passaram por Portugal, a autora criou um diálogo emotivo que permite “explorar os sentimentos subjacentes a ações individuais, familiares e coletivas” (p. 10).

A obra encontra-se organizada em sete capítulos, além do prefácio, dos agradecimentos e da conclusão, contendo ainda fotografias e dois mapas que ilustram itinerários de fuga para Portugal, bem como as notas, distribuídas pelos diversos capítulos, a bibliografia final e um índice remissivo.

Ao longo da obra, a autora foca-se na evasão de refugiados judeus para Portugal nas décadas de 1930 e 1940, seguindo uma linha de investigação centrada no estudo de uma história emocional da fuga, desde a saída de países como a França, até à sua chegada a território português. No fundo, explora os locais e as fronteiras transpostas

pelos refugiados, espaços esses que denomina, na senda de diversos geógrafos, de “geografias da vida emocional” (p. 26). O livro encontra-se organizado por locais de angústia e de esperança. Desta forma, alguns destes espaços transformavam-se em barreiras físicas e burocráticas, como são os casos das “pátrias que os perseguiram, os caminhos e as fronteiras angustiantes dos Pirenéus, ou as filas e as salas de espera dos consulados” (p. 31). Por outro lado, e partindo dos egodocumentos, espaços menos ameaçadores e aparentemente seguros como “centros de assistência social, cafés, ou espaços epistolares e estações de correio” (p. 32) despertavam, segundo Marion Kaplan, sentimentos contraditórios nos refugiados.

No primeiro capítulo (“Fugindo do terror e o terror da fuga”), identifica e analisa três vagas de entrada de refugiados em Portugal. Numa primeira fase, de 1933 a 1939, chegaram a território português centenas de judeus vindos, na sua maioria, da Europa Central, munidos, de um modo geral, de todos os documentos necessários, não enfrentando, por isso, grandes obstáculos. Muitos deles, aliás, acabaram por criar negócios e fixar-se no país. Na segunda fase, alvo de análise, o número de refugiados foi bastante mais expressivo, tendo a sua situação sido também mais complicada. Após a ocupação parcial da França pelos nazis, em junho de 1940, Portugal viu-se inundado, segundo a autora, de cerca de setenta mil refugiados indesejáveis. Numa fase final, a partir do verão e do outono de 1942, com o território francês totalmente dominado pela Alemanha nazi e a iniciar as primeiras deportações de judeus, entrariam em território português poucos milhares de estrangeiros. As experiências da fuga, sobretudo a partir de 1940, são analisadas tendo por base locais de angústia – como as estradas lotadas de refugiados até ao sul de França, as inúmeras filas nas cidades, nos consulados e, ainda, o terror vivido no cruzamento das fronteiras francesas, espanholas e portuguesas – e os enquadramentos legais (e as ilegalidades praticadas) associados aos percursos de evasão.

O segundo capítulo (“As exasperações e os consolos da vida de refugiado após 1940”) inicia com uma frase que resume, para esta autora, o papel de Portugal como país de refúgio, neste período: “Portugal, um local provisório entre perigo e segurança, evocou sentimentos de alívio e frustração entre os refugiados” (p. 119). Apesar da neutralidade portuguesa, ou não beligerância, Salazar mostrou relutância em receber os refugiados, ainda que em trânsito, pois estava a par das políticas internacionais e dos sentimentos anti-imigração dos Estados Unidos da América que não só abrandara as admissões de refugiados como estava a tentar bloquear, por todos os meios, a sua entrada no país. Não obstante, e como em Portugal não existia uma “questão judaica” – o que não significa que não tivesse existido um pequeno círculo de elites radicais que defendiam, de certa forma, o “nacionalismo racial” – foi permitido aos refugiados judeus que entrassem em território nacional, sem qualquer tipo de discriminação racial. Todavia, o apare-

lho burocrático e repressivo do Estado português criava inúmeras dificuldades e constrangimentos aos refugiados. De tal forma que, mesmo nas aldeias, vilas e cidades onde estes eram obrigados a residir, as designadas “residências fixas”, a sua integração foi marcada por uma angústia constante apenas tolerada pela inexistência de antissemitismo estatal e pela bondade generalizada do povo português.

Nos capítulos 3 (“Lisboa tem a lotação esgotada”) e 4 (“Dissonância emocional”), a autora discorre sobre a ambiguidade sentida pelos refugiados quando da sua chegada a território português. Se, por um lado, se sentiam aliviados por se encontrarem num país onde não eram perseguidos, por outro, o facto de estarem física e emocionalmente em trânsito, provocava-lhes sentimentos de medo. O temor de prisões, a presença de nazis na cidade, a pressão para sair do país e o receio de uma invasão alemã de Portugal, sentida sobretudo entre junho de 1940 e novembro de 1942, tornaram Lisboa num “local complicado e contraditório” (p. 170). Apesar do auxílio de organizações humanitárias, como a JOINT, a HICEM e a COMASSIS, este país do sudoeste europeu suscitava, em simultâneo, emoções como a esperança e a ansiedade, o conforto e a angústia. A circunstância era mais penosa para os adultos, que tentavam compreender o seu papel neste novo quotidiano, temerosos do futuro e do desconhecido, por oposição aos jovens e às crianças, que apreciavam a aventura e que ansiavam por novas vidas fora da Europa. Desta forma, a locução “os adultos choram as perdas, os seus filhos olham em frente” (p. 206), mostra como a privação de lares, de pátrias, de estatuto e de bens, era sentida com grande mágoa pelos refugiados adultos, sobretudo pelos homens, que sentiam o seu “ego humilhado e emasculado” (p. 226), em contraposição com os jovens que aceitavam as novas possibilidades de futuro e se desprendiam, mais facilmente, do seu passado. O mesmo se passou com as mulheres, que ao assumirem um papel mais ativo na vida familiar, adaptaram-se melhor do que os homens às mudanças traumáticas e deixaram de ser vistas como fracas e emotivas.

Em “Locais de refúgio e angústia” (capítulo 5) a autora analisa a complexidade da vida quotidiana, desde logo, a procura por alojamentos, refeições *kosher* e a tentativa de integração religiosa nas comunidades judaicas. Todavia, a comunidade judaica portuguesa estava completamente assimilada e raras vezes convivía com os refugiados judeus, não apenas por limitações linguísticas, mas também “porque os judeus portugueses viam os refugiados como pessoas de passagem” (p. 252). Assim, estes apenas se tinham uns aos outros. Além destas dificuldades, os refugiados tinham ainda que lidar com a burocracia e a papelocracia impostas pelo governo português e por outros Estados em relação às organizações internacionais, aos consulados e às agências de navegação, criando constrangimentos ao nível dos vistos de saída, das passagens de barco para além-mar e dos *affidavits*. Obter toda essa documentação causava uma grande angústia nos refugiados, sobretudo se estes estivessem

encarcerados em Caxias ou no Aljube, ou obrigados a residir em aldeias, vilas ou cidades a alguma distância da capital, como nas Caldas da Rainha, na Curia, na Ericeira e na Figueira da Foz. Segundo Marion Kaplan, estes locais eram espaços de “reclusões amenas” (p. 265) onde, a par de um menor controlo por parte das autoridades, reinava um ambiente de desalento e de impotência face às constantes ameaças do governo português, cada vez mais impaciente com a sua permanência. A forma encontrada pelos refugiados de acalmar as angústias e sossegar os ânimos era “Partilhando sentimentos em cartas e pessoalmente” (título do capítulo 6), com familiares e amigos. Para além dos laços mais íntimos e profundos, expressos epistolarmente, os refugiados experienciavam nos cafés, espaços de sociabilidade por excelência, a “ilusão momentânea de uma vida normal” (p. 325).

Tendo por base os testemunhos de alguns refugiados que passaram por Portugal, a autora mostra como esses locais eram espaços de partilha, de emoções e também de informações. À mesa do café ou na esplanada, os refugiados conversavam sobre os “Obstáculos finais” (título do capítulo 7) que tinham que enfrentar até conseguirem sair do país, nomeadamente a dificuldade na obtenção de passagens em agências de navegação. A partir de finais de 1940 e inícios de 1941, a escassez de navios, o aumento substancial do preço dos bilhetes e o receio da travessia marítima, com todos os perigos que esta representava, causavam pânico e insegurança nos refugiados. Por estas razões, Marion Kaplan considera que nem mesmo os navios “representaram locais de alegria pura” (p. 354). Assim, e apesar da esperança no futuro, os refugiados não esqueciam as vidas passadas e as perdas de amigos e familiares.

Trata-se, por conseguinte, de um livro que aborda novas perspetivas históricas, lança questões pertinentes e debate, com base no cruzamento de documentos de ego-história inéditos e de documentação de arquivos e museus internacionais e nacionais conhecidos, a temática dos refugiados judeus em Portugal de um outro prisma. Contudo, e apesar de ser um importante contributo historiográfico e de abrir novas linhas de investigação para os estudos relativos a refugiados judeus, seria conveniente que este livro fosse confrontado com outras fontes, nomeadamente portuguesas, e outras leituras, que nos fornecem diferentes interpretações ao nível do quotidiano dos refugiados judeus e não judeus em Portugal nesse período.

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

Universidade de Coimbra, CHSC

carolinahenriques94@gmail.com

https://doi.org/10.14195/1645-2259_22-1_9

